

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.883 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S)	: DIRETORIA NACIONAL DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL
ADV.(A/S)	: BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO: Trata-se de pedidos de ingresso no feito, na qualidade de *amici curiae*, formulados pelo Colégio Registral do Rio Grande do Sul, pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo e pelo Instituto de Registro Imobiliário do Brasil - IRIB (docs. 38, 49 e 62).

O artigo 7º, § 2º, da Lei federal 9.868/1999 autoriza a admissão da manifestação de órgãos ou entidades investidas de representatividade adequada nos processos de controle abstrato de constitucionalidade que versem sobre matérias de grande relevância.

A despeito de sua tradicional qualificação como processo objetivo, o controle abstrato de constitucionalidade não deve cingir-se apenas ao mero cotejo de diplomas normativos, mas também considerar o cenário fático sobre o qual incide a norma objurgada, ampliando o acesso à jurisdição constitucional a novos atores que, em alguma medida, sejam afetados em sua esfera jurídica.

Com efeito, o *telos* precípua da intervenção do *amicus curiae* consiste na pluralização do debate constitucional, com vistas a municiar a Suprema Corte dos elementos informativos necessários ou mesmo trazer novos argumentos para o deslinde da controvérsia. Assim, a habilitação de entidades representativas se legitima sempre que restar efetivamente demonstrado o nexo de pertinência entre as finalidades institucionais da entidade e o objeto da ação direta.

In casu, verifica-se que há pertinência temática entre a regularização fundiária urbana - questão de fundo debatida nos autos - e o resguardo da legislação disciplinadora dos serviços registrares e defesa dos interesses

ADI 5883 / DF

de pessoas de baixa renda, que corresponde às atribuições institucionais dos postulantes, com a devida representatividade.

Ex positis, **ADMITO** o ingresso do Colégio Registral do Rio Grande do Sul, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil - IRIB no feito, na qualidade de *amici curiae*.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

Ministro **LUIZ FUX**

Relator

Documento assinado digitalmente